

Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa dos brasileiros

Uma visão geral sobre o assunto

Gabrieli Gollmann Bueno¹
Nairana Scwinzekel²
Júlia Campestrini Witczak³

Instituição: Escola Técnica Estadual 25 de Julho

Modalidade: Relato de pesquisa

Eixo Temático: Vida, saúde e ambiente

¹ Gabrieli Gollmann Bueno, gabrieli-gbueno@educar.rs.gov.br

² Nairana Scwinzekel, nairana-swinzekel@educar.rs.gov.br

³ Júlia Campestrini, julia-cwiczak@educar.rs.gov.br

Introdução

A alimentação é o mecanismo pelo qual os organismos vivos obtêm e absorvem os nutrientes indispensáveis para a realização de suas funções vitais, tais como crescimento, locomoção, reprodução e manutenção da temperatura corporal. A alimentação é um tema de suma importância para a saúde e bem-estar dos indivíduos, pois a escolha dos alimentos consumidos diariamente, influencia diretamente na qualidade de vida, visto que, uma alimentação adequada e equilibrada é fundamental para manter o corpo saudável e prevenir doenças. Todavia, o consumo de alimentos de qualidade e com regularidade, não é uma realidade para muitas pessoas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil; onde a fome encontra-se presente em meio a rotina de inúmeras famílias brasileiras.

A fome é um problema complexo e persistente para vários cidadãos, que lutam diariamente para ter acesso a uma alimentação nutritiva e suficiente para suprir as necessidades básicas do corpo. A falta de acesso à alimentação é causado por diversos fatores, como a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação, a desigualdade social e a instabilidade política. Ademais, a desnutrição e a falta de nutrientes essenciais, podem acarretar consequências graves para a saúde, como atraso no desenvolvimento físico e cognitivo em crianças, enfraquecimento do sistema imunológico, anemia, doenças cardíacas, diabetes e outras doenças crônicas. O presente resumo tem como objetivo analisar as causas, as consequências e a dimensão da fome e desnutrição, mediante o cenário brasileiro; apresentando dados referentes à fome antes e após a Pandemia da Covid-19, relacionando-os às políticas de combate e soluções existentes. O levantamento de dados contido no projeto, se deu a partir de pesquisas bibliográficas, as informações inseridas no trabalho foram retiradas de artigos acadêmicos e sites governamentais e de educação, contidos na internet.

Com isso, justifica-se a escolha do tema, pois a fome ainda é um cenário rotineiro para milhões de brasileiros, particularmente, aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Embora o país tenha avançado significativamente no combate à fome, ainda existem inúmeros desafios a serem enfrentados para garantir acesso a uma alimentação nutritiva e suficiente a todos os cidadãos. Outrossim, compreender as causas e consequências da fome no Brasil é fundamental para desenvolver políticas públicas efetivas e promover ações que possam combater essa problemática. Logo, é importante salientar que o acesso à alimentação adequada é um direito humano fundamental, previsto na Constituição brasileira e em diversas outras leis e tratados internacionais. Portanto, é essencial que a sociedade como um todo esteja engajada em discutir e buscar soluções para esse problema, a fim de garantir a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos brasileiros.

Resultados e discussões:

27 de outubro de 2023 - Unijuí - Campus Ijuí



Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a fome é definida como o desconforto ou dor que ocorre devido ao consumo insuficiente de nutrientes responsáveis pelo fornecimento de energia ao corpo humano. Ou seja, a Fome é uma sensação fisiológica pelo qual o corpo identifica que necessita de nutrientes para manter suas atividades inerentes à vida. Segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da rede Pensann, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome).

As raízes da fome no país encontram-se no processo histórico-político da formação da economia, tendo suas origens no período colonial, nos séculos XVI até o XIX; onde a distribuição desigual de terras e recursos gerou uma estrutura de desigualdade persistente. A concentração de terras nas mãos de poucos resultou em uma produção agrícola voltada frequentemente para exportação, deixando pouco espaço para cultivos destinados ao consumo interno. Desde os primórdios, a questão da fome no Brasil tem sido associada à desigualdade na distribuição de renda. Enquanto uma minoria desfruta de boas condições financeiras e acesso a alimentos de qualidade, uma significativa parcela da população, composta majoritariamente por indivíduos de baixa renda, enfrenta desafios para garantir uma alimentação adequada.

São inúmeras as causas desse problema social, envolvendo questões naturais, econômicas, de saúde e políticas, evidenciando a ineficiência das políticas públicas vigentes no país. Algumas das principais causas da fome no Brasil são a desigualdade social: podemos entender a desigualdade social como a diferenciação de classes por questões de renda, cultura, política, espaço geográfico e demais atribuições que evidenciam o favorecimento de determinadas pessoas em detrimento de outras; a distribuição irregular de alimentos e a Inflação alimentar: na qual produtos que poderiam ser utilizados de modo interno, para alimentar os cidadãos brasileiros, são exportados, o que resulta na limitação do acesso a alimentos básicos e nutritivos, e, também, inflaciona os preços, dificultando o acesso das camadas mais vulneráveis da população a uma dieta equilibrada; os fatores naturais, como enchentes e as mudanças climáticas, as quais possuem o potencial de aniquilar colheitas, por exemplo; e por fim, o desperdício de alimentos: Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o desperdício de alimentos no Brasil acontece em toda a cadeia de produção: 10% do que é colhido se perde ainda no campo, 50% é desperdiçado durante o manuseio e transporte, 30% na comercialização e abastecimento e 10% é jogado fora nos supermercados, restaurantes e em nossas próprias casas.

Ademais, outro fator crucial, que propiciou o aumento dos casos de fome no país, foi o advento da Pandemia da Covid-19. Mediante a situação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou uma vigorosa campanha para que as nações implementassem as estratégias recomendadas por especialistas, como o distanciamento e/ou isolamento social, a utilização de máscaras e a constante higienização das mãos. Cujo propósito era retardar a trajetória ascendente de óbitos e casos confirmados, enquanto se buscava identificar terapias mais eficazes e/ou uma potencial cura para a enfermidade. Entretanto, determinados líderes globais optaram por desconsiderar as orientações da Organização Mundial da Saúde

(OMS) e adotaram uma abordagem de negação científica, ocasionando no descumprimento das recomendações por inúmeros cidadãos. Assim sendo, vários são os impactos ocasionados pela nova pandemia do coronavírus, acirrando a crise econômica e política já existente no país. A redução ou perda de renda devido ao fechamento de empresas e à diminuição das oportunidades de trabalho formal tiveram um efeito direto sobre o poder de compra das famílias. Muitos brasileiros tiveram de escolher entre se alimentar ou arcar com outras despesas essenciais, como aluguel. Outrossim, a suspensão das aulas presenciais afetou o acesso de crianças a programas de alimentação escolar, agravando ainda mais a situação.

As consequências da fome reverberam agudamente na vida dos seres humanos e na sociedade em geral. Além dos impactos diretos na saúde física, como enfraquecimento do sistema imunológico, aumento da mortalidade e desnutrição; a fome igualmente afeta o emocional, gerando inúmeros danos psicológicos e cognitivos. Crianças desnutridas enfrentam atrasos no desenvolvimento cognitivo e motor, impactando suas habilidades de aprendizado e seu potencial de realização pessoal. A fome também contribui para o ciclo intergeracional da pobreza, perpetuando as desigualdades e limitando as oportunidades de crescimento socioeconômico.

A primeira política de combate à fome no Brasil, se deu em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, com a criação do piso salarial mínimo, o qual passou a ser um direito de todo trabalhador. No ano de 1945, foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que tinha como missão propor uma política nacional de nutrição. A CNA, no início, era vinculada à área econômica, como órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior e passou a ser regulamentada e transferida, no ano de 1951, para o Ministério da Saúde. Em 1953 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação (PNA), que foi marcado por ações de suplementação alimentar para grupos biologicamente vulneráveis. Em 1955 foi criado o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), que neste mesmo ano se transformou em Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

Com objetivo de superar essas políticas restritas de combate à fome e tratar o fenômeno da fome dentro de uma concepção de segurança alimentar e de cidadania mais universalista é que, no ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lançou o Programa de Segurança Alimentar Fome Zero (PFZ). Cujo objetivo é assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esse programa possui a inédita conformação de uma proposta que envolve todos os níveis governamentais, o engajamento da sociedade organizada e a conjunção de políticas estruturais, específicas e locais que podem melhorar a qualidade de vida da população, democratizar a relação entre sociedade civil e Estado e propiciar a articulação na elaboração e implantação de políticas sociais e econômicas.

Considerações finais

Em síntese, a fome é uma realidade cruel que se manifesta quando indivíduos e comunidades não têm acesso suficiente a alimentos nutritivos e em quantidade adequada para satisfazer suas necessidades básicas. Sua origem encontra raízes históricas na má

distribuição de renda e na desigualdade estrutural que permeiam a sociedade. Essa desigualdade, juntamente com outros fatores como falta de acesso à educação e oportunidades de emprego, contribui para um ciclo vicioso de insegurança alimentar que afeta diretamente os mais vulneráveis.

As consequências da fome são múltiplas e profundas, estendendo-se desde os impactos imediatos na saúde, como desnutrição e enfraquecimento do sistema imunológico, até os efeitos a longo prazo na formação cognitiva e no desenvolvimento socioeconômico. A fome perpetua a pobreza, contribui para a exclusão social e compromete o potencial de indivíduos e comunidades. Além disso, suas implicações vão além do âmbito individual, afetando a coesão social, a estabilidade econômica e a construção de uma nação mais justa e igualitária.

Diante desse desafio complexo, políticas eficazes de combate à fome desempenham um papel crucial na criação de uma sociedade mais equitativa e resiliente. Investir em programas de transferência de renda, educação alimentar, incentivo à produção local de alimentos e políticas de segurança alimentar é fundamental para aliviar o sofrimento das populações mais vulneráveis e interromper o ciclo intergeracional da fome. Além disso, essas políticas não apenas aliviam o impacto imediato da insegurança alimentar, mas também contribuem para a construção de uma base sólida para o desenvolvimento sustentável, onde todos os cidadãos possam desfrutar do direito básico à alimentação e atingir seu potencial máximo.

CERRI, C.; SANTOS, A. C. Fome: história de uma cicatriz social. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/mesa/nt/a_09.htm>. Acesso em: 24/08/2023